

Apresentação

Marcio Pochmann

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

POCHMANN, M. Apresentação. In: *Brasil sem industrialização: a herança renunciada* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 9-13. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

O admirável mundo novo parece estar muito próximo, caso as maravilhas das oficinas de produção digital desta primeira metade do século XXI venham, de fato, a se tornarem mais rapidamente realidade. A revolução na fabricação a partir do desktop evidencia-se, cujo poder das ferramentas digitais como a impressora 3D industrial e o scanner 3D assumem condição de compiladores da matéria e fotocopiadores da realidade.

Diante do fascinante replicador que possivelmente inaugurará a indústria do futuro, seus impactos parecem ainda inimagináveis, tal como em Manchester na metade do século XVIII quando inaugurou a industrialização, que simplesmente transformou o mundo. Acontece que não se vive online, mas no mundo real constituído de concreto, roupas, alimentos, casas, eletrodomésticos e automóveis ainda dependem de uma boa base industrial.

Nos dias de hoje a economia dos serviços, sem a presença da industrialização, tem reproduzido o subdesenvolvimento, como nos países cujas ocupações em expansão não oferecem um horizonte decente e sustentável de futuro justo e democrático a todos. Mesmo nas indústrias de tecnologia das informações e comunicações, os empregos disponíveis são de pequena monta e parcela ainda precários, o que indica o quanto o tema da industrialização segue sendo central para qualquer país que almeja o desenvolvimento.

Muito mais para o Brasil, pelo menos para aqueles que não aceitam as facilidades do colonialismo intelectual e da terceirização das ideias pelo mainstream acadêmico. Acontece que a industrialização nacional está ficando para trás, renunciada por gerações de

políticos, industriais, trabalhadores, meios de comunicação e tantos outros submissos às falsas modernidades que jamais se cumprem.

Para tratar deste tema, o presente livro espera contribuir, trazendo uma abordagem simples para uma complexa discussão a respeito da angustiante situação da desindustrialização que atinge, sem limites, a todos os brasileiros. O resultado imediato tem sido o quadro geral de semiestagnação da renda *per capita* desde os anos de 1980.

Neste sentido que a reflexão construída e apresentada ao longo das páginas seguintes busca recuperar os elementos centrais que caracterizam o nascimento, desenvolvimento e crise do capitalismo industrial no Brasil. Para tanto, identificam-se quatro dimensões analíticas que apontam para comportamentos diferenciados do capital industrial desde o século XIX.

Na dimensão política, por exemplo, percebe-se que a posição de hegemonia da burguesia industrial sobre as demais frações da classe dominante conviveu por mais tempo na presença de regime autoritário. A ascensão do capital industrial nas décadas de 1930 a 1970 coincidiu mais com a presença de governos autoritários de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e da Ditadura Militar (1964 – 1985), geralmente acompanhados por importantes estatizações na economia.

A partir da década de 1980, com a retomada do regime democrático, a burguesia industrial foi sendo desmilinguida pela ascensão da hegemonia financeira no interior da classe dominante, em meio ao avanço da desestatização da economia. Também na República Velha que predominou liberal, o papel da nascente burguesia industrial foi secundário e subordinado à aristocracia cafeeira.

Mas isso, contudo, não permite inferir que a industrialização brasileira somente opera com sucesso em regimes autoritários.

Destaca-se que entre os anos de 1945 e 1964, quando a democracia estava estabelecida no país, a industrialização teve impulso inegável.

A segunda dimensão analítica é a da gestão pública, que envolve avaliar o comportamento do capital industrial nas experiências de descentralização e centralização administrativa. Entre as décadas de 1820 e 1890 e de 1930 a 1980 prevaleceu o sentido administrativo da centralização de recursos no governo central.

Em 1856, por exemplo, a União absorvia 78,3% da carga tributária líquida ante 22,4% em 1823 e em 1980 era de 68,2%, enquanto em 1930 foi de 51,2%. Ainda que a força principal do capital industrial se expressasse em maior significância na fase da administração pública de centralização dos recursos no governo federal de 1930 a 1980, nota-se que nas décadas de 1820 a 1880 ele era praticamente inexistente.

Durante as experiências de descentralização administrativa, como na República Velha (1889 a 1930) e a partir da década de 1980, a participação do governo federal na carga tributária passou de 78,3%, em 1856, para 51,2%, em 1930, e de 68,2%, em 1980, para 57,6%, em 2010. No período mais recente da perda de participação relativa da União na carga tributária, o capital industrial enfraqueceu consideravelmente, embora entre as década de 1880 e 1920 tenha sido a fase do seu crescimento, ainda que subordinado às rendas da exportação, sobretudo do café.

A terceira dimensão analítica trata do comércio externo, por apresentar comportamentos bem diferenciados de parte do capital industrial. As fases de abertura comercial são aquelas cuja soma das exportações com importações atingem parcela ampliada do Produto Interno Bruto (PIB), conforme verificadas entre as décadas de 1880 (31,8% do PIB) e 1920 (29,3% do PIB) e, ainda, de 1970 (14,8% do PIB) e 2010 (22,3% do PIB).

Nestes momentos a burguesia industrial repetiu o movimento parecido ao verificado pela experiência da descentralização administrativa. Ou seja, a contração da industrialização, especialmente a partir de 1980, uma vez que durante a República Velha tenha sido momento de crescimento na quantidade de indústrias no Brasil.

Por outro lado, a fase de retração na abertura comercial, registrada entre os anos de 1929 (29,3% do PIB) e 1979 (14,8% do PIB) foi acompanhada do capital industrial constitutivo da liderança do crescimento econômico nacional. Mesmo assim, em plena década de 1980, com a política de ajuste exportador que levou o grau de abertura para 11,1% do PIB em 1990, o capital industrial sinalizou enfraquecimento inegável.

Por fim, a quarta dimensão analítica relacionada à presença dos capitais estrangeiros no país. Ao se tomar por referência o Investimento Direto do Exterior (IDE) em relação ao PIB, notam-se duas fases de maior presença na economia brasileira, sendo a primeira entre 1840 (8,5% do PIB) e 1890 (31,9% do PIB) e a segunda desde 1980 (0,8% do PIB) e em 2014 (2,3% do PIB).

Nestes períodos, o capital industrial encontrou-se limitado e subordinado a outras frações da burguesia no Brasil, com posição enfraquecida. Entretanto, durante os anos de menor presença do IDE em relação ao PIB, como observado em 1950 (0,5% do PIB) e em 1980 (0,8% do PIB), a capacidade de subordinação do capital industrial foi significativa, como uma espécie de carro chefe do crescimento econômico nacional.

Destaca-se que da segunda metade das décadas de 1950 e 1970, por exemplo, a presença dos recursos estrangeiros foi importante para apoiar a industrialização. No Plano de Metas de JK (1956 – 1960), o ingresso do capital externo na forma de investimento das empresas multinacionais ajudou a completar o setor industrial de bens de

consumo duráveis, enquanto no governo Geisel (1974 – 1979) os empréstimos externos ajudaram a financiar os II PND.

As distintas dimensões analíticas apontadas permitem explorar novas perspectivas para repensar o papel da industrialização e a sua contrapartida, a desindustrialização recente no Brasil. A luta por sua instalação e desenvolvimento foi obra de muitas gerações, lembrando que em 1940, por exemplo, a indústria brasileira representava somente 0,4% do produto industrial do mundo, alcançando 3,2% no ano de 1980.

A partir daí, o movimento de queda na industrialização tem se mantido. Em 2012, a indústria no Brasil representa 1,7% do produto industrial do mundo, o equivalente a participação verificada na década de 1960.

Neste contexto que o presente livro compõe-se em quatro partes distintas, porém articuladas entre si. Discutem-se, na primeira parte, os conceitos de industrialização e desindustrialização, bem como a existência de padrões do seu desenvolvimento no mundo.

Na segunda parte enfoca-se o tema da industrialização. Para isso, analisam-se os períodos pré e pós-industrialização brasileira, buscando situar no tempo as distintas passagens do nascimento, desenvolvimento e crise do capitalismo industrial.

A terceira parte concentra-se na análise do atual processo de desindustrialização nacional. Tomam-se como referência fundamental as opções de política econômica em resposta à desindustrialização desde os dois últimos governos militares aos dias de hoje.

Na quarta e última parte considera-se a desindustrialização como um fenômeno aberto e abrangente frente às alternativas prometidas ao longo do curso pelo desenvolvimento capitalista. Ressaltam-se, assim, as promessas ainda não cumpridas da sociedade pós-industrial e da industrialização de baixo carbono.